

Febrac promove AGE em nova sede

A Federação Nacional das Empresas de Serviços e Limpeza Ambiental (Febrac) realizou, no dia 11 de março, a primeira Assembleia Geral Extraordinária na nova sede da entidade, em Brasília/DF. Participaram deste momento a diretoria da entidade e presidentes dos Sindicatos Associados que discutiram, dentre outros assuntos, a alteração estatutária da Federação para a criação do cargo de vice-presidente para Assuntos Institucionais.

O presidente da Febrac, Laércio Oliveira, falou sobre o andamento da Proposta de Emenda à Constituição n.º 231 – de redução da jornada de trabalho, e da audiência com o presidente da Câmara, Deputado Michel Temer, em que solicitou adiamento da votação da proposição em 2010, por ser ano de eleições.

Assessora Jurídica da Febrac, Lírian Soares explanou sobre o Decreto n.º 7.126, de 03 de março de 2010, que altera o regulamento da Previdência Social em relação ao Fator Acidentário de Prevenção. A assessora explicou que com a nova regra, os recursos administrativos das empresas que tiveram as alíquotas aumentadas, agora terão efeito suspensivos e as contestações já protocoladas também estão cobertas pela regulamentação.

Outro assunto tratado na reunião foi o projeto da Febrac com o Sebrae, apresentado pela diretora-executiva Cristiane Oliveira, que mobilizará os empresários e dirigentes, promovendo ambiente de modernização, visando à melhoria dos aspectos gerenciais das empresas. Para isto, serão desenvolvidos cursos, palestras, consultorias



que atenderão às necessidades de aumento da competitividade dos empresários do segmento.

Vale ressaltar que durante a Assembleia, a Febrac recebeu a visita do vice-presidente da CNC, Luiz Gil Siuffo. Em discurso, afirmou estar feliz em ver a entidade instalada em sede própria e reforçou o apoio da

CNC ao segmento de serviços e disse que “hoje, as Federações Nacionais tem uma posição muito forte e muito importante dentro da Confederação”. E contou que na “próxima eleição será escolhido um vice-presidente que representará as Federações Nacionais, e que por indicação dos outros companheiros, será Laércio Oliveira”.

Presidente da Febrac discute Terceirização na TV Justiça

O presidente da Federação Nacional das Empresas de Serviços e Limpeza Ambiental (Febrac), Laércio Oliveira, debateu o tema da terceirização com o procurador do Ministério Público do Trabalho (MPT), Maurício Correia de Melo, no programa “Fórum” da *TV Justiça*,

veiculado dia 19 de março, às 20h30. Apresentado pelo jornalista Rimack Souto, o programa é semanal de debates e entrevistas sobre os mais variados assuntos relacionados à Justiça, com a participação de especialistas do Direito e de outras áreas de atuação.

SEAC-SE elege Laércio Oliveira como novo presidente

Em eleição ocorrida no dia 26 de fevereiro, o Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado de Sergipe (Seac/SE) renovou sua diretoria e elegeu Laércio José de Oliveira como novo presidente da entidade.

A posse da nova diretoria quadriênio 2010/2014 aconteceu em 16 de março, sincronizando assim o mandato com o da Federação Nacional das Empresas de Serviços e Limpeza Ambiental (Febrac). Em discurso, Laércio José de Oliveira agradeceu a confiança nele depositada e solicitou aos demais companheiros todos se unam no sentido de desenvolver um bom trabalho em benefício do Sindicato e de seus associados. Por fim, desejou a todos uma feliz administração. Confira como está composta a nova diretoria:

DIRETORIA	
Presidente	Laércio José de Oliveira
Vice-Presidente Geral	Gildásio Barreto Muniz
1º Secretário	Pedro Ricardo Alves Sobreira
2º Secretário	José Willames Amorim
1º Tesoureiro	José Antonio dos Santos
2º Tesoureiro	Alexandre Falcão de Sá
CONSELHO FISCAL EFETIVOS	
Antonio Carlos da Fonseca	
Josino José de Souza Filho	
Rivando da Hora Santos Silva	
SUPLENTES	
Elias Leit	
Marco Aurélio Pinheiro Tarquinio	
Luiz Antonio Vieira de Assis	
DELEGADOS REPRESENTANTES JUNTO À FEDERAÇÃO DE COMÉRCIO DO ESTADO DE SERGIPE	
Laércio José de Oliveira	
Antonio Fernando Pereira de Carvalho	
REPRESENTANTES JUNTO AO FÓRUM EMPRESARIAL DE SERGIPE	
Gildásio Barreto Muniz	
Laércio José de Oliveira	

Seac-AM tem nova diretoria

Tendo em vista a sincronização do mandato da diretoria do Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado Amazonas (SEAC/AM), com o da Federação Nacional das Empresas de Serviços e Limpeza Ambiental (Febrac), no dia 29 de janeiro, os Associados do Sindicato elegeram nova diretoria para o período 2010 a 2014.

DIRETORIA	
Presidente	Luiz Rodrigues Coêlho Filho
Vice-Presidente Geral	Paulo Roberto da Silva Coimbra
Diretor-Secretário	Rudney Sena de Oliveira
Diretor-Tesoureiro	Luiz Roberto Russo de Melo
CONSELHO FISCAL EFETIVOS	
Leonidas Pereira Pacheco	
Francisco de Souza Castelo Branco	
Terezinha Lima de Araújo	
SUPLENTES	
Sandro Roberto Araújo Martins	
Maria de Lourdes Castro de Oliveira	
Gerson Kleber Brito Risuenho	
DELEGADOS	
Robério Castro de Oliveira	
Paulo Radamés Pinho de Lima	
SUPLENTES	
Jayme Nunes Trindade	
Diego Rebelo Castelo Branco	



Luiz Rodrigues Coêlho Filho

SEAC-SC: Decisão Judicial quanto ao Fator Acidentário de Prevenção

O Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado de Santa Catarina – SINDESP/SC, por meio de sua assessoria jurídica realizada pelo escritório Guedes Pinto Advogados e Consultores S/C, obteve na Justiça Federal importante vitória ao ter julgada procedente a ação ajuizada para questionar a incidência do FAP – Fator Acidentário de Prevenção. Possivelmente, trata-se de uma das primeiras Sentenças do Brasil acerca do tema. O juiz da 1ª Vara Federal de Florianópolis, Dr. Gustavo Dias Barcellos, deferiu a antecipação dos efeitos da tutela e julgou procedente o pedido para declarar a inconstitucionalidade e ilegalidade do art. 10 da Lei n. 10.666/2006, do art. 202-A do Decreto n. 3.048/99 e das Resoluções n. 1.308/2009 e 1.309/2009, para suspender a aplicação do FAP às alíquotas do RAT, de modo a restaurar-se a aplicabilidade do art. 22, II, da Lei n. 8.212/91 conforme sua extensão original, nos termos da fundamentação.

O chamado Fator Acidentário de Prevenção – FAP é um fator por empresa, compreendido entre 0,5 e 2, que multiplicará as atuais alíquotas de 1%, 2% e 3% do RAT (Risco de Acidente de Trabalho) com base em indicador de desempenho calculado a partir das dimensões: frequência, gravidade e custo. Ressalta-se que, até dezembro de 2009, a contribuição do RAT (Risco de Acidente de Trabalho) – que objetiva o financiamento da aposentadoria especial e dos benefícios concedidos em razão de acidentes do trabalho –, era definida pelo grau de risco da atividade – 1%, 2% ou 3%, ou seja, as alíquotas de contribuição são diferenciadas por segmento econômico. Todas as empresas de uma mesma categoria pagam a mesma alíquota. O setor de segurança privada representado pelo SINDESP/SC, por exemplo, é tributado com a alíquota máxima, ou seja, 3%.

Contudo, o art. 10 da Lei nº. 10.666/2003 estabeleceu que a

alíquota de contribuição de 1, 2 ou 3%, destinada ao financiamento do benefício de aposentadoria especial ou daqueles concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho, poderá ser reduzida, em até cinquenta por cento, ou aumentada, em até cem por cento, conforme dispuser o regulamento, em razão do desempenho da empresa em relação à respectiva atividade econômica, apurado em conformidade com os resultados obtidos a partir dos índices de frequência, gravidade e custo, calculados segundo metodologia aprovada pelo Conselho Nacional de Previdência Social.

Assim, as alíquotas do RAT poderão ser reduzidas em até 50% ou elevadas em até 100%, em razão do desempenho da empresa em relação à sua respectiva atividade, pela aplicação do FAP. Uma empresa que hoje recolhe a alíquota RAT de 3%, poderá passar a recolher de 1,5 a 6%, de acordo com o resultado do cálculo do FAP.

O resultado do FAP foi divulgado em 30 de setembro de 2009 pelo Ministério da Previdência Social e passou a ser aplicável em 1º de janeiro de 2010. O Sindicato ingressou com ação judicial questionando a aplicação do FAP por entender que a lei instituidora da progressividade da alíquota do RAT é inconstitucional, pois delegar a competência legislativa para a regulamentação do cálculo do FAP para norma de hierarquia inferior a ser editada por órgão administrativo, o que se mostra inadmissível no ordenamento jurídico brasileiro.

Em decisão inédita no país, o Juiz da 1ª Vara Federal entendeu que a lei que institui o FAP é inconstitucional e suspendeu sua aplicação às empresas associadas ao SINDEPS/SC. A decisão favorece as 29 empresas associadas ao SINDESP/SC que representa as empresas de segurança privada do estado de Santa Catarina.

Aviso prévio indenizado está isento de contribuição previdenciária

O Tribunal Regional Federal da 4ª região publicou acórdão que suspende incidência da contribuição previdenciária sobre o aviso prévio indenizado. No entender do desembargador federal Álvaro Eduardo Junqueira, relator do documento, o aviso prévio possui caráter eminentemente indenizatório, não se enquadrando, assim, na concepção de salário-de-contribuição. As contribuições previdenciárias recolhidas indevidamente

podem ser objeto de compensação com parcelas vencidas posteriores ao pagamento. A medida foi obtida por meio de ação judicial ajuizada pelo assessor jurídico do Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação no Estado do Paraná (Seac-PR), Dr. José Paulo Damaceno Pereira. Com isso, os associados deste estão desobrigados a recolher contribuição previdenciária sobre aviso prévio indenizado.

Curitiba confirmada como sede do ENEAC em 2012

O Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Paraná (SEAC-PR), em parceria com o Curitiba Convention & Visitors Bureau e o Expo Unimed Curitiba, teve um estande temático da capital paranaense no Encontro Nacional de Empresas de Asseio e Conservação (ENEAC 2010), que aconteceu de 7 a 11 de abril, em Natal, no Rio Grande do Norte (veja a retrospectiva completa do evento a partir da pág. 10).

A participação teve como objetivo a divulgação de Curitiba como sede dos três grandes eventos do setor de asseio e conservação, em 2012. São eles: HigiExpo, maior feira do

segmento de limpeza da América Latina, organizada pela Associação Brasileira Mercado de Limpeza Profissional (Abralimp); congresso mundial da World Federation of Building Service Contractors (WFBSC) e ENEAC.

Os executivos do SEAC-PR distribuíram camisetas para todos os participantes do ENEAC 2010, os quais também puderam tirar fotos em painéis com paisagens turísticas da capital paranaense. As imagens estarão disponíveis na internet. O Curitiba CVB realizou ainda uma breve apresentação da cidade nos intervalos entre as palestras do evento.

Pedido de adiamento da votação da PEC 231

No dia 10 de março, o presidente da Federação Nacional das Empresas de Serviços e Limpeza Ambiental (Febrac), Laércio Oliveira, esteve em audiência com o presidente da Câmara, Michel Temer, para tratar do Projeto de Lei 4302/1998 – que dispõe sobre a terceirização de Serviço – e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n.º 231 – que reduz a jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais.

Laércio Oliveira explicou que, ao contrário do que as Centrais Sindicais dos Trabalhadores afirmam, a redução da jornada de trabalho sem a redução também dos salários, além de não gerar novos empregos como se deseja, vai provocar o efeito contrário. As empresas terão seus custos elevados, pois aumentarão os gastos com salários, encargos legais e benefícios como planos de saúde, transporte, refeição.

Consequentemente, com custos maiores, deixarão de ser competitivas no mercado. Não sendo competitivas perdem mercado e ficam ociosas, sendo obrigadas a enxugar para sobreviver. Na reunião estiveram presentes também os vice-presidentes da CNC, Luiz Gil Siuffo Pereira e Antonio Airtton Dias, o presidente da Fenavist, Jerfferson Simões, e Ermínio Lima Neto, membro da Câmara de Serviços Terceirizáveis. E juntos solicitaram ao presidente Michel Temer que a PEC não seja votada em 2010, por ser ano de eleições.

Além disso, o presidente Laércio Oliveira também expôs suas razões de apoio ao Projeto de Lei 4302/1998, de autoria do Poder Executivo, que trata de terceirização de serviços e que atende às expectativas patronais, pedindo a votação da matéria ao presidente da Câmara.

SEAC-RJ conquista vitória para o setor

O SEAC-RJ conquistou importante vitória para o setor, com a decisão favorável de antecipação de tutela para o não recolhimento do INSS que incide sobre o aviso prévio dos trabalhadores demitidos sem justa causa. Através da ação do Escritório de Advocacia Ope Legis, a entidade conquistou mais essa vitória em prol das empresas associadas. O pagamento está previsto no Decreto n.º 6.727, de janeiro deste ano, que determina que a alíquota varie de 21% a 26%, de acordo com a atividade econômica. O argumento é de que o decreto é inconstitucional, pois não há previsão em lei que exija o recolhimento da contribuição sobre verbas indenizatórias, como é o caso do aviso prévio. Em outra ação, proposta pelo escritório

do Dr. Rafael Antaki, foi obtida decisão da juíza Regina Coeli Formisano, titular da 06a. Vara Federal do Rio de Janeiro, processo no. 2010.51.01.001799-1, no mandato de segurança impetrado pelo Seac/RJ, em que autorizou o depósito judicial das quantias controversas relativa ao FAP.

E, em mais um investida judicial, desta vez através do escritório Alves Vivona, o sindicato obteve importante vitória para as empresas associadas, no que diz respeito à lei que determina a contratação de jovens aprendizes. Ricardo Garcia, presidente do Seac/RJ, comemorou as vitórias e afirmou que continuarão representando as empresas, no tocante a essas intervenções estatais no setor.

Rui Monteiro é o novo presidente do SEAC-SP

Com chapa única e eleições realizadas em 31 de março último, o empresário Rui Monteiro Marques foi eleito presidente do SEAC-SP para o período de quatro anos (2010/2014). Na mesma chapa, foram eleitos: Carlos Alberto Guimarães (vice-presidente), Aldo de Avila Junior (diretor-financeiro), Ernesto Brezzi Neto (diretor-secretário) e Ricardo Pedrosa Sampaio Novais (diretor Institucional). São suplentes, pela ordem, Alberto Bianchini, Paulo Magalhães, Pedro Salla Ramos Filho e Ruy Luiz Ibelli Araujo.

O novo presidente tem sua experiência profissional focada na atividade de serviços de limpeza e conservação desde 1979, quando aos 13 anos de idade iniciou como funcionário da empresa de seu pai, que existe desde 1965. Para falar um pouco sobre quais são os seus planos para esses quatro anos de mandato, fizemos uma rápida entrevista com o jovem presidente (44) da entidade, acompanhe:

HigiPlus – Qual o seu plano de trabalho para esses quatro anos de gestão?

RMM - Vamos dar sequência à gestão do presidente Aldo de Avila Junior, prosseguindo com o trabalho realizado até aqui, objetivando sempre a defesa dos interesses da nossa atividade.

HigiPlus – E qual é a sua estratégia?

RMM – Inicialmente manter e ampliar os serviços ofertados aos associados e afiliados – desde acompanhar as Convenções Coletivas de Trabalho, todas as diversas questões Jurídicas, aprimoramento dos boletins



Rui Monteiro Marques

de dúvidas até participar de reuniões, eventos sociais e políticos, que agreguem conhecimento e valor a entidade. Também atender a comunidade de limpeza e conservação, dentro daquilo que é objeto da entidade, bem como das demandas que ocorrem ao longo do tempo, no dia a dia.

HigiPlus – Que tipo de demandas?

RMM – Por exemplo, no começo de abril, conseguimos liminar para isentar as empresas do nosso estado no atendimento da Lei sobre inclusão de portadores de necessidades especiais (PNEs) no trabalho de limpeza e conservação. Para o setor, este é um benefício, já que estamos falando da dificuldade que as empresas tinham de incluir PNEs, pois a maioria não conseguia contratar este perfil profissional. De outro lado, o exercício das atividades no nosso setor é quase totalmente braçal, além de utilizar produtos químicos que, se não usados adequadamente,

poderiam causar danos à saúde deste trabalhador. Além disso, o piso salarial da categoria não atende à demanda, e as Empresas não conseguem contratar os PNEs. que por sua vez não têm interesse em trabalhar na área de limpeza. Ou seja, este lei não poderia ser aplicada a todos as atividades empresariais, a exemplo da limpeza. Mas, independente disso, o SEAC-SP em parceria a SERT - Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho desenvolve o “Programa de Capacitação Profissional para Pessoas com Deficiência”, para atender às demandas de serviços afins.

HigiPlus – Falando em mão de obra, como dará continuidade a capacitação?

RMM – Este é um trabalho infinito. Sabemos que o crescimento de qualquer mercado precisa estar alimentado não só pela demanda que o crescimento do país demandará, mas principalmente por uma mão de obra capacitada, treinada. Assim, nosso foco é dar continuidade aos cursos ministrados pela entidade - Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Organizacional e o Técnico de Limpeza profissional -, já que só o mercado de São Paulo é formado por um batalhão de 200 mil trabalhadores.

HigiPlus – Quantos profissionais participam dos cursos por ano?

RMM - No ano passado foram 1.593 profissionais somente nos cursos de Gestão e Técnico de Limpeza. Na área de alfabetização, nosso objetivo em parceria com o CIEE e Siemaco é também ampliar o

programa de alfabetização, que hoje atende 800 funcionários do setor por ano e assim dobrar a capacitação até o final deste mandato.

HigiPlus – Fale um pouco do trabalho da entidade sobre Sustentabilidade.

RMM – Este trabalho iniciou-se com a Cartilha de Sustentabilidade que foi lançada no ano passado. Mas este foi apenas o primeiro passo. Iremos dar continuidade ao tema, criando e divulgando cases concretos de empresas que estão contribuindo para este importante movimento mundial.

HigiPlus – O que representa para você ser presidente do SEAC-SP?

RMM – Uma alegria. Uma conquista. Tenho 44 anos e comecei a trabalhar aos 13 anos na empresa

do meu pai. Ou seja, são 31 anos “vivendo” limpeza e conservação, uma estória de amor e realização com esta atividade. E poder presidir é uma conquista que me orgulha. Não por ser uma conquista pessoal, mas principalmente por poder colaborar e melhorar as relações desta atividade. Afinal, se eu sobrevivo é graças à existência desta atividade. E, mais do que ser presidente, sou um voluntário que deseja um mercado muito melhor e trabalharei, juntamente com a minha diretoria, para devolver e dar ainda mais visibilidade a insubstituível atividade de limpeza e conservação.

HigiPlus – Como dividirá o seu tempo entre empresa e entidade?

RMM – Nada muda, pois há anos já divido o meu tempo. Continuarei

compartilhando o peso que a entidade e a minha empresa necessitam. Lembro que estar presidente do SEAC-SP é também estar bem assessorado por esta diretoria que estará comigo. E mais do que diretores da entidade, são também meus amigos. Somos um grupo forte, uma família com os mesmos objetivos.

HigiPlus – Falando nos amigos e a vida familiar...

RMM – Esta virá sempre em primeiro lugar. Minha família é o meu alicerce, afinal tenho três lindos filhos que precisam de mim e eu deles. Apesar de eu ainda ser jovem (rsrsrs) e, às vezes mesmo angustiado com a “falta de tempo”, que todos temos, em função da dedicação às atividades profissionais, procuro e tenho conseguido equilibrar o meu bem-estar, o convívio familiar e o profissional.

Deputado Fernando Capez visita Seac-SP

Cerca de 60 empresários do setor de asseio e conservação e outros segmentos participaram, no último dia 15 de março, de jantar oferecido pelo Seac-SP ao procurador de Justiça licenciado e deputado estadual, Fernando Capez do PSDB. O então presidente da entidade, o empresário Aldo de Ávila Junior, ressaltou a amizade e o respeito pelo convidado, lembrando que o parlamentar inclui-se entre os mais competentes e atuantes do Estado de São Paulo. Aos empreendedores, Capez afirmou conhecer as dificuldades enfrentadas pelas empresas, “inclusive o que diz respeito às cooperativas, uma questão que precisa ser resolvida”.

